



PARECER JURÍDICO

Assunto: PROJETO DE LEI Nº 41 /2019

1. RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Procuradoria o Projeto de Lei nº 41/2019, subscrito pelo notável Vereador Joceir Cabral de Melo, visando dar denominação de rua “Lauro Pinheiro”, em Córrego do Ouro, neste Município.

O Projeto encontra-se devidamente acompanhado de justificativa.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, além de trazer assunto sucintamente registrado na ementa, bem como se encontra instruído com a devida justificativa escrita, atendendo a preceito regimental.

Assim, do ponto de vista formal, a proposição não apresenta nenhum vício que a inquine de ilegalidade, constitucionalidade ou anti-regimentalidade, bem como não se verifica nenhum óbice material. Com feito, *in casu*, não se verifica nenhuma inconstitucionalidade.

No que concerne à competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para apreciar a matéria em comento, dispõe de forma insofismável o art. 79, § 1º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapemirim, que:

Art. 79. Compete à comissão de legislação, justiça e redação final manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovados pelo plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º. Salvo expressa disposição em contrário deste regimento, é obrigatória à audiência da comissão de Legislação, Justiça e Redação final, em todos os projetos de lei, decretos legislativos e resoluções em que tramitarem pela Câmara.



(...).

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final – COLEJUR e a Comissão de Finanças e Orçamento – CONFINOR já se manifestaram no sentido de entender pela regularidade e constitucionalidade do Projeto de Lei supracitado.

Com efeito, o Projeto de Lei 41/2019 se coaduna com o sistema normativo.

3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, esta Procuradoria do Poder Legislativo Municipal OPINA favoravelmente à tramitação do projeto, pelos motivos acima alinhados.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Itapemirim/ES, 20 de setembro de 2019.

Lidiane Bahiense Guio
Procuradora Geral Legislativo